

RESENHA CRÍTICA

O ÍNDIO E O DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO*

*Ilana BLAJ***

Já é lugar comum falar-se na cidade de São Paulo como uma megalópole que, através de seu crescimento desordenado, tem produzido notáveis contrastes. Ao lado de edifícios e condomínios de luxo multiplicam-se cortiços e favelas; junto a uma classe média e a uma elite temerosa de perder seus privilégios encontram-se nordestinos, mestiços, descendentes de índios e de negros que procuram alguma forma de inserção em um mercado de trabalho cada vez mais restritivo; sob suas pontes e viadutos modernos habitam os desempregados, expelidos e rejeitados pelo desenvolvimento notável da “cidade que não pode parar”.

São as mazelas do progresso, diriam alguns despreocupadamente. Outros buscam, orgulhosamente, as origens deste crescimento quer no século XIX, com a expansão cafeeira, quer no século atual, a partir do processo de industrialização. De qualquer maneira, é sempre ressaltado o espírito empreendedor do paulista que, trabalhando incessantemente, conseguiu fazer de São Paulo a “locomotiva da nação”...

* Resenha da tese de Livre-Docência do Prof. Pasquale Petrone, editada pela EDUSP, em 1995, com o título de Aldeamentos Paulistas.

** Professora do Departamento de História, FFLCH/USP.

Ilana Blaj

Raros são os estudiosos que, para usarmos a feliz expressão de Walter Benjamin, preocupados com os “agoras” de nosso tempo, voltam-se ao período colonial, tentando retraçar os elos necessários da configuração atual. É este o caso da tese de livre docência do Prof. Pasquale Petrone, defendida na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1964 e que apenas no final de 1995 passado foi editada pela Edusp com o título de Aldeamentos Paulistas. Embora possa-se estranhar a injustificável demora em sua publicação, é de se louvar a iniciativa da Edusp pois trata-se de obra referencial para todos que preocupam-se em entender as raízes do desenvolvimento paulista, bem como as desigualdades sociais daí resultantes.

Geógrafo e historiador, Pasquale Petrone não se deixa iludir pela construção da imagem de nosso bandeirante ancestral, altivo, independente e arrojado e nem pelas benesses do modelo agro-exportador, no caso o café, ou do desenvolvimento industrial, como os responsáveis pela atual pujança paulista. Ao contrário, articulando constantemente e dialeticamente o quadro natural geográfico com a sua valorização histórica através da ação do homem, o autor analisa o porque da área paulistana ter sido sempre o epicentro regional desde o período pré-cabralino. E chega à conclusão que este processo não foi nada pacífico ou glorioso.

Centro de convergência de rotas indígenas anteriormente às descobertas, com efeito, a zona planaltina torna-se o ponto nodal da expansão econômica e territorial que atingiria, ao longo do período colonial, os territórios metálicos das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás bem como o sul e o nordeste. Este desenvolvimento teria sido impossível sem a exploração do ameríndio, elemento geralmente esquecido por parte da historiografia voltada ao nosso passado colonial.

Em Aldeamentos Paulistas, ao contrário, o índio é, praticamente, o ator principal. Os múltiplos aspectos de sua cooperação/exploração nos são desvendados, desde, inclusive, a importância de sua presença anterior no planalto, o que teria criado condições para o povoamento e para a organização econômica da região.

Seguindo a trilha aberta por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras* (obra aliás recentemente reeditada), Petrone valoriza o saber indígena, saber imprescindível para a própria sobrevivência do europeu em local desconhecido; saber que será apropriado pelo colono para reforçar a sua dominação sobre o mesmo indígena. É o início de seu cativo, quer sob a forma de escravo através do artifício da guerra justa, quer sob o regime da administração, quer nos aldeamentos reais e/ou nas propriedades jesuíticas. É também o início do processo de espoliação onde, violentamente, o “gentio da terra” será de culturado e aculturado, perderá suas terras e sua liberdade. É o início, igualmente, da constituição de uma sociedade hierarquizada e extremamente desigual, origem de nossa sociedade atual.

Assim, questões atuais e pretéritas entrecruzam-se constantemente permitindo o entendimento de nosso passado/presente, objetivo declarado do autor na frase final da introdução de seu livro: “Trata-se de uma tentativa de apresentar e interpretar fatos do passado que, de uma ou de outra forma, se entrosam com os do presente, propiciando melhor compreensão dos fatos atuais de organização do espaço”.

Na primeira parte, intitulada “O planalto paulistano e sua função no povoamento”, os agentes básicos do processo nos são apresentados: o indígena, o colono, o jesuíta e a Coroa. Atores movidos por interesses contraditórios, terão a paisagem do planalto como cenário básico desta história nada idílica e o indígena como principal vítima.

Ilana Blaj

É já famosa a afirmativa de frei Vicente do Salvador de que os colonos permaneciam no litoral brasileiro como se fossem caranguejos. Daí a singularidade do povoamento europeu na área planáltina paulista a partir de meados do XVI. Tal fato, tradicionalmente nos é explicado pelo sucesso da empresa açucareira nas costas nordestinas o que teria causado a falência da mesma empresa na área vicentina. Sem grandes perspectivas comerciais e temerosos quanto aos ataques dos silvícolas e de piratas, nada mais teria restado ao português do que galgar a Serra do Mar.

Rompendo com esta visões, Petrone analisa a importância da presença pretérita do indígena no planalto. Mapeando cuidadosamente os quadros de povoamento pré-cabralino e as atividades econômicas dos ameríndios, o autor chama a atenção para a importância das trilhas e caminhos indígenas que articulavam o planalto com o litoral e, inclusive com a região paraguaia. Assim, questionando o eurocentrismo presente na maioria das análises, conclui que os rumos da expansão colonizadora já estariam pré-determinados pelas atividades e pelas rotas dos índios. É, novamente, o saber indígena que é ressaltado, vertente já presente em Sérgio Buarque de Holanda e em Egon Shaden e que hoje tem produzido estudos magistrais como, entre outros, os de Tzvetan Todorov e Serge Gruzinski.

É este saber indígena que será apropriado pelo colono, condição necessária para a sua sobrevivência nos campos de Piratininga. Área com amplas possibilidades para a agricultura e criação de animais, extremamente bem servida de rios que possibilitavam a pesca e facilitavam a comunicação, com clima semelhante ao da terra de origem, tudo fazia crer que São Paulo, conforme as palavras do jesuíta Fernão Cardim, seria um “novo Portugal”.

Para esta empreitada, a obtenção inicial de terras não representava grandes problemas pois as mesmas, seguindo a tradição pa-

trimonialista portuguesa, eram doadas pela Coroa e pela Câmara Municipal; restava a questão da mão de obra. A solução é sobejamente conhecida: de parceiro inicial o indígena transformar-se-á em cativo, tanto para as atividades econômicas locais como enquanto mercadoria, sendo vendido para a região de São Vicente.

Índios e colonos não estavam porém sozinhos. Os jesuítas, principal braço da Igreja no além-mar, desde cedo também escalaram a Serra do Mar, travessia perigosa e dificultosa se lembrarmos as descrições dos padres José de Anchieta e Fernão Cardim.

Viveiro de catecúmenos, segundo Pasquale Petrone, os índios do planalto serviram para os desígnios catequistas dos inacianos além de alimentar os sonhos de se atingir os ameríndios do Paraguai através do caminho indígena do Peapiru, sintomaticamente rebatizado pelos missionários de caminho de São Tomé. Era a utopia de um vasto império jesuítico nas Américas...

Fixando e reorganizando os quadros demográficos indígenas através dos aldeamentos (já previstos no regimento de Tomé de Souza), os jesuítas tiveram, na acepção de Petrone, uma importância crucial para a interiorização do povoamento e para a consolidação do principal núcleo nesta área, qual seja, a vila de São Paulo. A maioria dos aldeamentos - fazendas jesuíticas, aldeamentos particulares e reais - localizaram-se próximos à região paulistana integrando-se, desta forma, à dinâmica da expansão econômica e política paulista.

Com efeito, a área de Piratininga torna-se o epicentro de todo este processo de expansão, articulando-se tanto com o litoral quanto com outras rotas na linha da serra. A vila seria, na feliz expressão do autor, um segundo porto, "o porto seco", ponto nodal para diversos caminhos que se abriam em todas as direções. Enfatizando as múlti-

Ilana Blaj

plas rotas, trilhas, caminhos terrestres e fluviais, Pasquale Petrone questiona a tão famosa imagem do isolamento de São Paulo, imagem tão cara aos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Neste sentido, sua análise assemelha-se à de Caio Prado Jr. que, em seus escritos sobre São Paulo publicados, a partir de 1946, em *Evolução Política do Brasil*, enfatizara não apenas o papel do Caminho do Mar, como a importância da rede hidrográfica e dos caminhos terrestres que interligavam São Paulo com as mais variadas regiões.

Como resultado de todos estes fatores, a região planaltina passa a ser valorizada, dando continuidade ao processo de colonização, o que interessava também à Coroa, sequiosa em descobrir, com a ajuda imprescindível do índio, os tão ambicionados metais que não tinham sido encontrados no litoral brasileiro.

Assim, colonos, jesuítas e metrópole, embora com interesses na maioria das vezes contraditórios, convergiam na utilização/exploração do gentio da terra. É o nascimento da questão indígena, questão que será minuciosamente discutida em *Aldeamentos Paulistas*.

A explicitação destes interesses diferenciados e as conciliações possíveis são objeto da segunda parte do livro: “Índios cativos e índios administrados”. Para os inácianos, o índio, além de objeto de catequese era imprescindível enquanto trabalhador nas fazendas jesuíticas. Poderia, igualmente, servir aos colonos desde que fiscalizado pelos padres que regulariam as horas de trabalho e o pagamento devido. Os aldeamentos representariam um fim em si mesmo com a submissão do silvícola à hierarquia, à ordem e aos valores monástico-estamentais onde a fé, a obediência e a honra se sobrepujam à cobiça e ao mercado.

Para os paulistas, os ameríndios eram importantes enquanto aliados nas lutas contra as tribos hostís mas, e principalmente, como mão de obra para as atividades agropastoris. Os aldeamentos, quando muito, representariam um meio mas nunca um fim. Seria a fixação para a sujeição, na medida em que neles eram incutidos a disciplina, a autoridade e a obediência. Passado este "estágio", os colonos almejavam a total liberdade para poderem dispor dos silvícolas como quisessem.

Já na visão da Coroa, os aldeamentos, ao fixarem os indígenas, garantiriam mão de obra para os moradores quando necessário, além de terem uma função defensiva para o núcleo interiorano. Ainda mais, o índio aldeado também teria uma série de serviços a prestar para as autoridades reais como, por exemplo, a construção de fortalezas, o transporte e acompanhamento dos governadores e ouvidores e, é claro, a participação nas expedições oficiais prospectoras de minérios. Não é à toa que, a partir de 1623, 1/5 dos índios "descidos" teriam que ser remetidos, como pagamento de imposto, aos aldeamentos reais.

Todo este emaranhado de interesses reflete-se na própria legislação metropolitana quanto à questão indígena. Esta legislação é analisada de forma pormenorizada por Petrone que conclui que, apesar do índio ser reconhecido como livre desde 1609, os constantes recuos e ambiguidades no tocante à guerra justa e aos resgates, bem como no que dizia respeito à jurisdição jesuítica sobre os mesmos, acabava por favorecer a sua escravização.

Assim, fruto de interesses díspares e de uma legislação ambígua, e, por vezes contraditória, os conflitos entre colonos e jesuítas eram constantes, culminando com a expulsão dos últimos, em 1640, por doze anos, da vila de São Paulo.

Ilana Blaj

Ao aproximar-se o fim do século XVII, com a descoberta dos tão sonhados metais, a questão se torna mais candente, pois os paulistas passam a ameaçar a Coroa de não realizarem mais expedições para a área das minas por não poderem contar com os indígenas necessários. É neste contexto que a Câmara Municipal paulistana, autoridades reais e eclesiásticas (com o aval do padre Antonil) assinam um acordo, sancionado pelas Cartas Régias de 26 de janeiro e 19 de fevereiro de 1696 que dará início ao regime da administração.

Neste acordo, os colonos são os grandes vitoriosos pois, em troca de vestimentas, sustento e de algum pagamento poderiam ter o índio como seu administrado. As restrições impostas pela metrópole tais como, por exemplo, o controle do tempo de trabalho e do número de aldeados sob a tutela dos moradores não foram obedecidas na prática e desta forma, indiretamente, sancionou-se a escravização dos ameríndios. Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*, ao referir-se aos inventários paulistas do período, afirma: “Depois os indígenas oprimidos passam a chamar-se administrados do inventariado ou servos de sua administração. Simples mudança de rótulo, sem consequências”.

Tal fato fora percebido pelo padre Antonio Vieira que ainda em 1694 assim se pronunciara sobre o projeto da administração: “E consistindo a liberdade no direito e faculdade que cada um tem de fazer de si, isto é, de sua pessoa e de suas coisas o que quiser, combine-se agora tudo o que na sobredita administração se permite e concede aos administradores, e julgue-se com mais razão se devem chamar cativos, que livres: cativos nas ações, cativos nos bens de que eram capazes, se trabalharam para si. De sorte que de si e de seu não lhes fica coisa alguma, que por toda a sua vida não esteja sujeita aos administradores, não só enquanto estes viverem senão ainda depois de mortos”.

O regime da administração atendia, portanto, aos reclamos dos paulistas mas também à Coroa; aqueles passam a dispor de um plantel de mão de obra que poderia ser requisitado, pela última, quando assim o necessitasse. Arranjo ideal que favorecia a continuidade da colonização, objetivo último de ambas as partes. Como aponta Petrone, o estatuto da administração tentava conciliar o que era impossível: o princípio da liberdade do índio com os requisitos da empresa colonial. Só não favorecia ao índio, vítima em qualquer situação; nas palavras do autor: “A realidade é que nem os aldeamentos podiam permitir vida relativamente decente ao indígena, nem a administração poderia, com maior razão, satisfazê-los. Fugiam de uma e de outra situação, embora as disposições do governo da Capitania os agrilhoassem a uma ou a outra”.

Somente com o marquês de Pombal, em 1758, a administração particular é extinta e os aldeamentos são submetidos à tutela dos governadores das capitanias, o que não significa, é claro, o fim da exploração indígena.

A última parte do livro, a mais extensa, trata dos “Aldeamentos indígenas de São Paulo”. Utilizando-se das mais diferentes fontes documentais, Pasquale Petrone nos desvenda o mundo dos aldeamentos, tanto as fazendas jesuíticas quanto as aldeias reais, sobretudo as localizadas nos arredores de São Paulo: Barueri, São Miguel, Pinheiros, Itapeperica, Carapicuíba e Embu. Referências também são feitas a Itaquaquecetuba, a Escada (região de Moji das Cruzes), a São José (na área de São José dos Campos) e a Peruíbe, no litoral.

Pormenorizadamente o autor discute a organização destes aldeamentos, sua evolução, seu cotidiano, ressaltando, constantemente a sua importância para a valorização e desenvolvimento do núcleo paulista. Mas, dialeticamente, o reverso é constantemente desnuda-

Ilana Blaj

do: através da ação dos jesuítas, dos colonos e das autoridades reais e municipais o resultado é sempre a maior exploração do indígena e a desestruturação dos aldeamentos. Com efeito, a mistura étnica nos mesmos, o choque de interesses diversos em sua administração, a utilização do ameríndio em todos os setores e serviços, bem como a usurpação de suas terras, levou, já no século XVIII, ao despovoamento e à gradativa decadência dos aldeamentos.

Estabilizados em seus sítios pré-cabralinos, com algumas pequenas mudanças, os aldeamentos localizavam-se, geralmente, próximos a rios mas em lugares altos para prevenir as cheias e os ataques das tribos hostís; eram áreas que permitiam a pesca, a caça, a coleta, bem como a agricultura de subsistência. Tendo seus quadros demográficos reorganizados pelos inicianos e, através de todo um sistema de circulação, articulavam-se ao núcleo paulista favorecendo, em última análise a expansão da região planaltina, principalmente a partir de meados do século XVII. Nas palavras de Petrone: “Em síntese, os quadros do povoamento pré-cabralino forneceram os elementos que, utilizados primeiro pelos jesuítas na sua ação catequizadora, resultaram na definição, pelos aldeamentos, de importantes instrumentos do processo de colonização”.

Assim, cruzando sempre os dados geográficos com a própria evolução histórica, o autor aponta a importância dos aldeamentos enquanto reserva de terras e, principalmente, de mão de obra, de “motores animados” no seu dizer, o que garantiria aos moradores, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em estudo publicado na revista nº 1 do IEB, o equilíbrio ou o “mínimo vital”.

A concordância de colonos, jesuítas e autoridades quanto à utilização do índio, mas, as divergências quanto aos seus meios e formas, refletiu-se na própria organização e evolução administrativa dos

aldeamentos onde os choques entre inacianos, moradores e Câmara Municipal eram uma constante. Acompanhando minuciosamente estas mudanças administrativas, desde os seus primórdios até a fase do Diretório pombalino e deste, até o plano Rendon, em inícios do século XIX, Petrone explicita a contradição básica que sempre envolveu os aldeamentos, sobretudo os reais: criados com o intuito de garantir uma população fixa que servisse aos desígnios coloniais, ao ser permitida aos moradores e às autoridades a utilização do indígena em todos os serviços e funções, os aldeamentos acabam sendo levados ao despovoamento e à exaustão.

A análise demográfica empreendida demonstra esta situação. Relativamente numerosos no início, os aldeamentos sofrem sucessivas sangrias a partir de meados do XVII, justamente a época em que São Paulo se torna o celeiro da produção de trigo; novas sangrias ocorrem no final do mesmo século, explicadas pelo emprego do índio nas expedições metalíferas. Instáveis numericamente, sendo depauperados de sua população masculina mais jovem, seria compreensível, para o autor, que “os aldeamentos... se tivessem tornado núcleos habitados por uma esmagadora maioria de gente idosa, muitas crianças, muitas viúvas, aleijados e cegos, frutos de um processo seletivo que roubava de todos eles os adultos mais capazes e fortes”.

Sangrados dos elementos mais ativos, os aldeamentos também viam suas terras serem continuamente usurpadas. A partir de meados do XVII, justamente o período de início da expansão da mercantilização paulista, as terras indígenas passam, em maior número, a serem aforadas aos moradores, geralmente a preços simbólicos de alguns tostões por ano. São em vão os inúmeros alvarás e cartas régias que tentavam deter este processo; a espoliação das terras indígenas não tem fim conforme atesta o contemporâneo frei Gaspar da Madre de Deus: “Hoje [1797], quase nada possuem os miseráveis índios

Ilana Blaj

descendentes dos naturais da terra porque injustamente os desapossaram da maior parte das suas Datas, não obstante serem concedidas as Sesmarias posteriores dos brancos com a expressa condição de não prejudicarem aos índios, nem serem dêles as terras que se davam”.

Sem o trabalho masculino e com terras cada vez mais diminutas o cultivo dos gêneros agrícolas nos aldeamentos também começa a declinar, acentuando a tendência dos mais jovens a procurar os serviços remunerados fora de seus sítios. É mais um elo do círculo vicioso infernal a que os índios foram levados a partir do processo de colonização.

No entanto, mesmo estas atividades remuneradas, principalmente a partir do regime da administração, nunca propiciavam um sustento decente para o ameríndio. Pasquale Petrone calcula que, trabalhando meio ano fora do aldeamento, o indígena receberia, anualmente, na primeira metade do século XVIII, já descontado o valor pago para o sustento do pároco, um mínimo de nove mil réis e um máximo de quatorze mil e quatrocentos réis, o que representaria um teto de cento e sessenta réis por dia, ou, nos valores da época, meia pataca. Ora, só o alqueire do sal, no mesmo período, dada a ação dos atravessadores, era vendido até a 20 mil réis; a arroba da carne fora tabelada em duas patacas; a caixa de marmelada custava quatrocentos réis e o alqueire da farinha de guerra chegava até a três mil e duzentos réis.

Sem terras, sangrados em grande parte de sua população, sem o mínimo para uma subsistência digna, “deve ter sido uma vida triste a dos aldeamentos”, conforme atesta Petrone, contrariando a idealização feita, por exemplo, no filme *A Missão*.

E assim deve ter sido até o início do XIX quando, por meio do plano Rendon, os aldeamentos foram extintos e transformados em núcleos de povoamento subordinados aos capitães de bairro. Os índios, integrados nos corpos de ordenanças locais e fruto do processo de miscigenação, passam a engrossar, estatisticamente, a vultuosa população parda da capitania, formando um verdadeiro cinturão indígena e, posteriormente caipira, nas áreas mais pobres nos arredores de São Paulo. É esta também a conclusão de John M. Monteiro que, em seu recente livro, *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, analisa como que a expansão paulista e a exploração do silvícola produziram, por um lado, uma elite detentora da maior parte da riqueza e, por outro, uma ampla maioria, da qual o ameríndio necessariamente faz parte, imersa na pobreza rural.

A importância dos aldeamentos para o desenvolvimento e para a organização do espaço paulista é presente mesmo nos dias de hoje. Como aponta Pasquale Petrone, sete antigos núcleos indígenas são atualmente sedes municipais: São José dos Campos, Itaquaquecetuba, Itapeverica, Embu, Guarulhos, Barueri e Peruíbe; dois outros – Pinhos e São Miguel – constituem-se em bairros importantes da cidade.

Assim, *Aldeamentos Paulistas*, do Prof. Pasquale Petrone, pode ser considerada como obra referencial para o entendimento de desenvolvimento de São Paulo e de suas conseqüentes desigualdades sociais. Fruto do processo de expansão e de urbanização, para o qual foram, em última instância, os responsáveis, os antigos aldeamentos e fazendas jesuíticas transformaram-se, hoje, em bairros operários, em áreas residenciais de luxo, em zonas industriais, em pontos turísticos ou em sítios destinados ao lazer de nossa elite. E os descendentes dos antigos indígenas, juntamente com outros pardos e mestiços,

Ilana Blaj

todos desempregados e marginalizados, provavelmente moram sob
nossas modernas pontes e viadutos...